

Demonstrações contábeis

**Conselho de Secretarias Municipais
de Saúde do Rio Grande do Sul
(COSEMS-RS)**

31 de dezembro de 2019

Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Rio Grande do Sul (COSEMS-RS)

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

MRP-093/2020

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as
demonstrações contábeis01

Demonstrações contábeis

Balanço patrimonial..... 05
Demonstração do resultado do período 06
Demonstração das mutações do patrimônio líquido..... 07
Demonstração do fluxo de caixa..... 08
Notas explicativas às demonstrações contábeis 09

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos

Diretores,

**CONSELHO DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL
(COSEMS-RS)**

Porto Alegre - RS

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho das Secretarias Municipais de Saúde do Rio Grande do Sul ("COSEMS-RS"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conselho de Secretarias Municipais De Saúde do Rio Grande do Sul (COSEMS-RS), em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil I aplicáveis as Entidades sem Finalidade de Lucros.

Base para opinião com ressalva

Atendimento a ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros

O COSEMS-RS não adotou a norma contábil ITG 2002 (R1) aplicável às Entidade sem Finalidade de Lucros nos seguintes itens: (a) ausência de estruturação do plano de contas contábil aderente ao contido na norma, e (b) não reconhecimento da forma correta das receitas decorrentes de convênio e parcerias, bem como das respectivas despesas que devem ser registradas em contas próprias, inclusive as patrimoniais, segregadas das demais contas da entidade. Os efeitos da não adoção completa da norma contábil ITG 2002 (R1) aplicável às Entidade sem Finalidade de Lucros não foram determinados.

Credores por serviços

Conforme Nota Explicativa 11, o saldo contábil da rubrica Credores por Serviços na data-base de 31/12/2019 foi apresentado no montante de R\$ 156.070,09 no Passivo Circulante e R\$ 25.425,92 no Passivo Não Circulante totalizando R\$ 181.495,92, equivalente a 69% do total do passivo. Não foram apresentados os processos de compras e os contratos assinados com os credores. Ficamos limitados de opinar sobre o respectivo assunto em 31 de dezembro de 2019.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao COSEMS-RS, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Elaboração de normativos para definir regras na contratação de despesas

O COSEMS-RS não possui normativos para definir as regras de contratação das suas despesas. Por gerir recursos públicos, na contratação de suas despesas, o COSEMS-RS deve adotar regulamentos próprios e uniformes, livres do excesso de procedimentos burocráticos, que preservem os princípios gerais que norteiam a execução da despesa pública, atentado para os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, descritos no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Incerteza relevante quanto à Continuidade Operacional

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas 11.2 e 11.3, às Demonstrações Contábeis, que descrevem sobre os déficits que ocasionaram o saldo de Passivo a Descoberto no montante de R\$ 164.282 em 31 de dezembro de 2019. Para reverter essa situação, a Administração vem buscando alternativas para incrementar suas receitas e reduzir seus custos. As demonstrações contábeis do exercício de 2019 foram elaboradas de acordo com o pressuposto de continuidade da entidade. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis do COSEMS-RS para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não foram examinadas por nós e nem por outro auditor independente.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as Entidades sem Finalidade de Lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Conselho continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Conselho ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Conselho são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Conselho.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Conselho. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Conselho a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2020.

MRP AUDITORIA & CONSULTORIA S/S
CRC DF-001326/O-4
CNAIPJ – 000041
CVM – 11.720

Ricardo da Silva Farias Passos
Contador CRC DF-015504/O-2

Marcos de Oliveira Pereira
Contador CRC DF-027109/O-0

CONSELHO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL – COSEMS/RS
 CNPJ: 92.859.768/0001-33 - REGISTRO Nº 80412- 1º REGISTRO PJ/POA-RS
 BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO – EM REAIS

Ativo	2019	2018	Passivo e passivo a descoberto	2019	2018
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	32.956,64	186.178,31	Fornecedores (Nota 6)	12.739,18	9.079,68
Créditos a receber	1.085,00	-	Empréstimos e financiamentos (Nota 7)	183,00	-
Tributos a recuperar (Nota 4)	7.823,33	969,42	Obrigações trabalhistas (Nota 8)	59.762,66	10.579,51
Adiantamentos a fornecedores	1.479,56	838,74	Obrigações tributárias (Nota 9)	8.078,54	8.916,87
Total do ativo circulante	43.344,53	187.986,47	Credores por serviços (Nota 10)	156.070,09	-
			Total do passivo circulante	236.833,47	28.576,06
			Não Circulante		
			Credores por serviços (Nota 10)	25.425,92	-
			Total do passivo não-circulante	25.425,92	-
Não Circulante			Patrimônio líquido (passivo a descoberto)		
Bens sem restrição			Patrimônio social (Nota 11.1)	219.095,53	15.453,36
Imobilizado líquido (Nota 5)	54.632,41	59.685,12	(Déficit) e superávit acumulado (Nota 11.2)	(383.377,98)	203.642,17
Total do ativo não-circulante	54.632,41	59.685,12	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(164.282,45)	219.095,53
Total do ativo	97.976,94	247.671,59	Total do passivo e do (passivo a descoberto)	97.976,94	247.671,59

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

CONSELHO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL – COSEMS/RS
 CNPJ: 92.859.768/0001-33 - REGISTRO Nº 80412- 1º REGISTRO PJ/POA-RS
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO – EM REAIS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas operacionais		
Com restrição		
Secretaria Estadual da Saúde/RS	578.471,54	-
Sem restrição		
CONASEMS	1.435.508,00	1.960.570,00
Serviços prestados	326.844,20	-
Receita congresso	372.702,03	52.557,70
Total das receitas	2.713.525,77	2.013.127,70
(-) Deduções da receita		
Impostos incidentes sobre serviços prestados	(46.575,30)	-
Receita operacional líquida	2.666.950,47	2.013.127,70
Despesas / receitas operacionais		
Despesas com pessoal (Nota 12.1)	(512.241,20)	-
Despesas gerais e administrativas (Nota 12.2)	(2.519.090,88)	(1.809.522,47)
Despesas tributárias	(2.134,07)	(788,31)
Total das despesas operacionais	(3.033.466,15)	(1.810.310,78)
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro	(366.515,68)	202.816,92
Despesas e receitas financeiras, líquido (Nota 12.3)	(16.862,30)	825,25
(Déficit) e superávit líquido do período	(383.377,98)	203.642,17

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

CONSELHO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL – COSEMS/RS
 CNPJ: 92.859.768/0001-33 - REGISTRO Nº 80412- 1º REGISTRO PJ/POA-RS
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM REAIS

	Patrimônio social	Superávit (déficit) acumulados	Total
Saldo em 01/01/2018	196.189,12	(180.735,76)	15.453,36
Apropriação do déficit apurado em 2017 (Nota 11.2)	(180.735,76)	180.735,76	-
Superávit do período	-	203.642,17	203.642,17
Saldo em 31/12/2018	15.453,36	203.642,17	219.095,53
Apropriação do superávit apurado em 2018 (Nota 11.2)	203.642,17	(203.642,17)	-
Déficit do período	-	(383.377,98)	(383.377,98)
Saldo em 31/12/2019	219.095,53	(383.377,98)	(164.282,45)

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

CONSELHO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL – COSEMS/RS
 CNPJ: 92.859.768/0001-33 - REGISTRO Nº 80412- 1º REGISTRO PJ/POA-RS
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EM REAIS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais (Déficit) superávit do período	(383.377,98)	203.642,17
Itens que não afetam o caixa operacional Depreciações (Nota 5)	9.538,11	6.276,69
	(373.839,87)	209.918,86
(Aumento) redução nas contas do ativo Créditos a receber	(1.085,00)	-
Adiantamentos a fornecedores	(640,82)	(838,74)
Tributos a recuperar	(6.853,91)	(923,44)
Aumento (redução) nas contas do passivo Fornecedores	3.659,50	(67.538,56)
Obrigações trabalhistas	49.183,15	309,49
Obrigações tributárias	(838,33)	838,33
Credores por serviços	181.496,01	-
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	224.920,60	(68.152,92)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos Aquisição de bens do imobilizado (Nota 5)	(4.485,40)	(65.143,81)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimento	(4.485,40)	(65.143,81)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos Empréstimos	183,00	-
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de financiamento	183,00	-
(Redução) aumento das disponibilidades Caixa e equivalentes de caixa no início do período	(153.221,67)	76.622,13
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	186.178,31	109.556,18
Caixa e equivalentes de caixa no final do período (Nota 3)	32.956,64	186.178,31
(Redução) aumento das disponibilidades	(153.221,67)	76.622,13

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2019.

Diego Espíndola de Avila
 CPF: 744.336.280-34
 Presidente

Inovar Contadores
 CRCRS n.º 007541/O-9
Francisco Bocchi Avila
 Contador CRCRS n.º 46.925/O-0

NOTA 1- Contexto operacional

O Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Rio Grande do Sul designado, abreviadamente, pelo termo COSEMS/RS, é uma associação civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, que tem por finalidade congregar as secretarias municipais de saúde ou órgão equivalente e seus respectivos secretários/as ou detentor de função equivalente para atuarem em prol do desenvolvimento da saúde pública, da universalidade e igualdade do acesso da população às ações e serviços de saúde, promovendo ações conjuntas, que fortaleçam a descentralização política, administrativa e financeira do Sistema Único de Saúde – SUS.

NOTA 2-Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 - Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em observância aos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, que são, em geral, convergentes ou em acordo com as normas internacionais (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). Como se trata de uma entidade sem fins lucrativos, as demonstrações contábeis também foram elaboradas de acordo com a ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução no 1.409, de 21 de setembro de 2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2000, aprovado pela Resolução no 1.159, de 13 de fevereiro de 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela NBC TG 1000 (R1)- Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 - Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do COSEMS/RS e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3 - Apresentação dos ativos e passivos

Os ativos são reconhecidos nos balanços somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do COSEMS/RS e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os passivos são reconhecidos no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados através de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais seriam realizados ou pelo seu valor de custo, o menor entre os dois considerando as amortizações, variações monetárias e cambiais de acordo com as condições contratuais.

São classificados como ativo circulante quando se espera que seja realizado até doze meses após a data do balanço ou que esteja mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais eles serão liquidados considerando a data de cada balanço, incluindo juros provisionados e variações monetárias de acordo com as condições contratuais.

São classificados como passivo circulante quando estiver mantido essencialmente com finalidade de ser negociado ou deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço.

2.4 - Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O COSEMS/RS considera equivalentes de caixa uma aplicação

financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

2.5 - Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial do COSEM/RS quando a entidade for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.6 - Imobilizado

São apresentados ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, utilizando taxas que levam em consideração a vida útil dos bens, conforme segue:

Descrição: Móveis e utensílios e equipamentos de informática, são depreciados em 10 e 20 % ao ano respectivamente.

Os custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável.

O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa. Os ganhos ou as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado quando ocorridos.

2.7 - Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, quando a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, em que o provável recurso econômico será exigido para liquidar a obrigação.

2.8 - Apuração dos resultados

O COSEMS/RS adota o regime de competência para o registro de suas despesas com base nas disposições contidas na Resolução CFC 1.409/12 sobre Entidade sem finalidade de lucros e a ITG 1000 – Resolução CFC 1.418/12 e ainda nas disposições contidas nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, vigentes no exercício de 2019.

As receitas dos recursos vinculados aos projetos são registradas no momento da utilização dos referidos recursos para o objeto dos respectivos projetos.

2.9 - Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos as estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para devedores duvidosos, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros básicos, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

CONSELHO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL – COSEMS/RS
CNPJ: 92.859.768/0001-33 - REGISTRO Nº 80412 - 1º REGISTRO PJ/POA-RS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 - EM REAIS

NOTA 3 – Caixa e equivalentes de caixa

O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro apresentava a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Caixa	7.000,00	7.000,00
Aplicações financeiras	25.956,64	179.178,31
	32.956,64	186.178,31

NOTA 4 – Impostos e contribuições a recuperar

Descrição	2019	2018
IRRF a recuperar	45,98	-
CSLL retido a recuperar ¹	3.110,94	-
IRRF retido a recuperar ¹	4.666,41	969,42
	7.823,33	969,42

¹ A Entidade teve estes valores retidos indevidamente em uma nota fiscal de prestação de serviços e está tomando as providências para reavê-los.

NOTA 5 – Imobilizado

	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizado total
Saldos em 01 de janeiro de 2018	-	818,00	818,00
Aquisições/baixas	40.176,90	24.966,91	65.143,81
Apropriação/baixas depreciação	(3.440,42)	(2.836,27)	(6.276,69)
Custo contábil, líquido	36.736,48	22.948,64	59.685,12
Custo Total	40.176,90	25.784,91	65.961,81
Depreciação acumulada	(3.440,42)	(2.836,27)	(6.276,69)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	36.736,48	22.948,64	59.685,12
Aquisições/baixas	4.485,40	-	4.485,40
Apropriação/baixas depreciação	(4.380,99)	(5.157,12)	(9.538,11)
Custo contábil, líquido	36.840,89	17.791,52	54.632,41
Custo Total	44.662,30	25.784,91	70.447,21
Depreciação acumulada	(7.821,41)	(7.993,39)	(15.814,80)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	36.840,89	17.791,52	54.632,41

NOTA 6 – Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores e provisões são compostas principalmente pelos valores em aberto de serviços contratados pela entidade. A Entidade possui políticas de gestão de risco financeiro em vigor para

CONSELHO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL – COSEMS/RS
CNPJ: 92.859.768/0001-33 - REGISTRO Nº 80412 - 1º REGISTRO PJ/POA-RS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 - EM REAIS

garantir que todas as contas a pagar são liquidadas dentro dos prazos previamente acordados. A Administração acredita que o valor contábil das contas a pagar não difere do seu valor justo.

NOTA 7 – Empréstimos e financiamentos

Refere-se a saldo devedor em conta corrente junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Bannrisul.

Nota 8 – Obrigações trabalhistas

Descrição	2019	2018
INSS a recolher	20.556,12	10.579,51
FGTS a recolher	2.758,63	-
PIS sobre a folha de pagamento a recolher	361,86	-
IRRF sobre a folha de pagamento a recolher	3.960,56	-
Provisão para férias e encargos	32.125,49	-
	59.762,66	10.579,51

Nota 9 – Obrigações tributárias

Refere-se a IRRF – Imposto de renda retido em operações anteriores ao exercício 2018.

Nota 10 – Credores por serviços

Refere-se ao saldo de Termo de Reconhecimento e Parcelamento de Dívida celebrado entre a Entidade e a prestadora de serviços de publicidade GT 4 Ltda. O valor médio do compromisso mensal é de R\$ 13.188,25 já com os juros pactuados de 1,3% ao mês. O vencimento final é previsto para 20/03/2021.

Descrição	Circulante	Não-circulante
Valor devido das parcelas	167.359,84	30.463,86
(-) Juros a apropriar	(11.289,75)	(5.037,94)
	156.070,09	25.425,92

NOTA 11 – Patrimônio líquido / Passivo a descoberto

11.1 – Patrimônio social

É destinado ao cumprimento dos objetivos estatutários da Entidade.

Anualmente o superávit ou déficit apurado no exercício é apropriado ao patrimônio social.

11.2 – Superávit / déficit acumulados

Ao final de cada período anual, é apurado o resultado econômico (superávit ou déficit) da entidade.

A destinação deste montante deve ser deliberada em Assembleia Geral, cuja previsão estatutária é de que ocorra em até no máximo os primeiros 60 (sessenta) dias de cada ano, por esta razão os registros contábeis das deliberações ocorrem no ano seguinte à data base das demonstrações contábeis.

11.3 – Passivo a descoberto

Nomenclatura adotada quando a soma dos saldos das contas do passivo for maior que a soma dos saldos das contas do ativo, embasada da NBC TG 26 (R5).

Nota 12 – Despesas por natureza

Compreendem todas as despesas essenciais para a continuidade das atividades operacionais, bem como todos os gastos necessários na atividade fim da Entidade, conforme apresentados nos itens 12.1 a 12.3.

12.1 – Despesas com pessoal

Em função de alteração estatutária, a Entidade passa a partir do mês de competência fevereiro/2019 a contratar funcionários regidos pela CLT – Consolidação das Leis do Trabalho e incluídos no Regime Geral da Previdência Social, por esta razão as despesas não estão comparadas com o exercício imediatamente anterior.

Descrição	2019
Salários e ordenados	282.395,53
INSS	84.301,70
Vale refeição	36.104,10
Provisão de férias e encargos	32.125,49
FGTS	26.499,27
13º salário	24.812,54
Férias	9.374,50
Vale transporte	7.492,92
Bolsa estágio	5.400,00
PIS s/ folha de pagamento	3.113,35
Assistência médica e social	621,80
	512.241,20

12.2 – Despesas gerais e administrativas

Descrição	2019	2018
Execução de congresso	1.509.898,13	841.819,38
Assessoria em gestão pública	192.150,72	388.367,51
Propaganda e publicidade	427.728,04	164.773,68
Capacitações e treinamentos	46.326,49	102.110,48
Viagens e estadias	155.985,90	83.970,15
Assessorias de terceiros	86.188,20	58.539,80
Serviços de terceiros PJ	10.667,87	53.761,09
Honorários contábeis	47.462,96	31.042,00
Outras despesas	42.682,57	85.138,38
	2.519.090,88	1.809.522,47

12.3 – Resultado financeiro, líquido

Descrição	2019	2018
------------------	-------------	-------------

CONSELHO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL – COSEMS/RS
CNPJ: 92.859.768/0001-33 - REGISTRO Nº 80412 - 1º REGISTRO PJ/POA-RS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 - EM REAIS

Despesas financeiras

Juros pagos	(6.910,41)	(754,18)
IOF – Imposto sobre operações financeiras	(413,40)	(37,40)
Juros de mora	(375,55)	-
Despesas bancárias	(4.564,91)	(2.669,82)
Multas e juros por atraso pagamento de tributos	(6.907,79)	(681,73)
Subtotal	19.172,06	4.143,13

Receitas financeiras

Juros de aplicações financeiras	2.165,40	4.481,45
Juros cobrados	-	35,00
Descontos financeiros obtidos	144,36	451,93
Subtotal	2.309,76	4.968,38
Resultado financeiro líquido total	(16.862,30)	825,25

Nota 13 – Imunidade tributária

A Entidade é imune à incidência de tributação sobre seus resultados e operações por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988. Em conformidade com a legislação pertinente, a Entidade cumpre com todos os requisitos para o gozo da imunidade tributária.

Caso a Entidade não se beneficiasse da imunidade tributária das Contribuições Sociais e Imposto de Renda e, considerando que, fosse enquadrado no regime de tributação do Lucro Real, seriam devidos nos exercícios de 2019 e 2018 os seguintes valores:

		2019	2018
Base de Cálculo PIS e COFINS			
Receitas CONASEMS e SES		2.013.979,54	1.960.570,00
Serviços prestados sujeitos a tributação		326.844,20	-
Receitas congresso		372.702,03	52.557,70
(-) PIS	1,65%	39.380,25	33.216,61
(-) COFINS	7,60%	181.387,80	152.997,71
Subtotal		220.768,05	186.214,32
Sobre as Receitas Financeiras			
Base de cálculo		2.309,76	4.968,38
(-) PIS	0,65%	15,01	32,29
(-) COFINS	4,00%	92,39	198,74
Subtotal		107,40	231,03
Pagamentos efetuados			
PIS		(5.392,93)	-
COFINS		(24.840,16)	-
		(30.233,09)	-
Superávit ou (Déficit) do período		(383.377,98)	203.642,17
(-) PIS		(39.395,26)	(33.248,90)
(-) COFINS		(181.480,19)	(153.196,45)

CONSELHO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL – COSEMS/RS
CNPJ: 92.859.768/0001-33 - REGISTRO Nº 80412 - 1º REGISTRO PJ/POA-RS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 - EM REAIS

Base de Cálculo IRPJ e CSLL		(604.253,43)	17.196,82
(-) IRPJ	15,00%	-	2.579,52
(-) CSLL	9,00%	-	1.547,71
Superávit ou Déficit – AJUSTADO		(604.253,43)	13.069,58
"Economia" / Renúncia Fiscal		(190.534,96)	(182.318,11)

Nota 14 - Seguros

A Entidade não possui seguros contratados para cobrir eventuais sinistros que atinjam seu patrimônio.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2019.

Diego Espíndola de Avila
CPF:744.336.280-34
Presidente

Inovar Contadores
CRCRS n.º 007541/O-9
Francisco Bocchi Avila
Contador CRCRS n.º 46.925/O-0